

Solução para crise da dívida depende agora de oito^{ext} presidentes

por Maria Helena Tachinardi
do Rio

Os presidentes dos sete países latino-americanos que integram o "Grupo dos Oito" (o Panamá está suspenso por motivos políticos) terão prazo até o próximo dia 19 para apreciar e aprovar dois documentos redigidos ontem por seus respectivos ministros da Fazenda: um sobre a redução do estoque da dívida externa da Argentina, Brasil, México, Venezuela, Peru, Colômbia e Uruguai; e outro sobre a negociação da dívida intralatino-americana.

Ao final da reunião, que se estendeu por todo o dia de ontem, na sede do Ministério da Fazenda, no Rio, os ministros divulgaram um comunicado à imprensa enfatizando que "as conclusões principais do exame destes temas serão submetidas à consideração de seus presidentes, que farão uma avaliação dos caminhos a serem seguidos com vistas a um esforço concertado para a definição e implantação de um efetivo programa de redução de dívida e do financiamento do desenvolvimento". A nota salienta que "a implantação de tal programa reveste-se de um caráter de urgência".

Na entrevista à imprensa, logo depois de encerrada a reunião, o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, não quis adiantar detalhes sobre o teor dos documentos que serão submetidos aos presidentes, mas observou que o objetivo é fazer com que as propostas cheguem aos países credores com urgência. "Vamos trabalhar para que isso ocorra até o final do ano", disse Mailson.

Salientou que "esta é a primeira vez que os ministros de Fazenda dos sete países se reúnem para tratar de uma questão concreta: a dívida externa", e não como ocorreu no passado (referência ao Consenso de Cartagena, criado em 1984, em que os chanceleres de onze países da região se reuniam para "apresentar um rosário de queixas").

"Desta vez (a reunião) foi para examinar condi-

cões concretas do que nos parece ser realista. E chegado o momento de partir para uma solução mais definitiva para a questão da dívida", comentou.

Mailson disse que houve total consenso entre os ministros presentes: Juan Vital Sourrouille, da Argentina; Luis Fernando Alarcón Mantilla (Colômbia); Carlos Rivas D'Avila (Peru); Ricardo Zerbino (Uruguai); Héctor Hurtado (Venezuela) e o representante especial do secretário da Fazenda e Crédito Público do México, José Angel Gurria.

TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

No documento, eles coincidem, por exemplo, em que "a redução da transferência de recursos para o exterior é condição indispensável para a adequada execução da política econômica, assim como para a retomada de um crescimento sustentado". Os ministros também manifestam a mesma posição acerca da redução da dívida (estoque e juros): "É o instrumento mais apropriado para a redução da transferência de recursos".

Concordaram, ainda, que a segurança em obter novos financiamentos é um complemento imprescindível para alcançar os mencionados objetivos.

Os ministros examinaram diferentes modalidades de redução da dívida, entre elas o estabelecimento de mecanismos multila-

terais, o único caminho citado expressamente no documento.

O ministro Mailson, no entanto, relembrou que as várias alternativas se concentram em três áreas. Uma delas é o mecanismo de mercado: redução do estoque por intermédio de conversão da dívida em exportações e investimentos, e emissão de bônus de saída.

"São mecanismos de alcance limitado. Levaram mais de uma década para produzir efeitos de uma redução adequada", alertou.

O segundo caminho seria a criação de uma agência para adquirir a dívida dos países no âmbito do mercado secundário com transferência dos benefícios para os países devedores. Esta é a proposta do presidente francês, François Mitterrand, feita em setembro, na ONU. O Fundo Monetário Internacional (FMI) desempenharia esse papel mediante a emissão de Direitos Especiais de Saque (DES) para serem usados na compra da dívida com deságio.

A terceira proposta em exame entre os credores e devedores é a melhora de qualidade da dívida do Terceiro Mundo por meio da emissão de títulos dos países desenvolvidos com garantia do Banco Mundial (BIRD), por exemplo, que garantiria o pagamento do principal e dos juros. Seria a troca da dívida velha pela nova, com garantias.

DÍVIDA

ENTRE LATINOS

Os sete ministros latino-americanos também estão preocupados com a redução da dívida intralatino-americana.

Eles consideram necessário "reduzir o estoque da dívida e negociar acordos mais realistas, que criem condições para o seu cumprimento por parte dos devedores e restaurar as condições para a mobilização de recursos destinados a fomentar o comércio e a integração regional".

Para alcançar esses objetivos, os ministros se dispõem "a examinar a adoção de novas modalidades nas negociações da dívida intra-regional com os devedores de seus países em caráter opcional e voluntário", conforme consta do comunicado à imprensa.

O presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Enrique Iglesias, disse a este jornal que a instituição poderia ser uma agência de multilateralização da dívida latino-americana mediante um fundo fiduciário que se alimentaria com uma parte dos débitos dos quatro grandes credores: Brasil, Argentina, México e Venezuela.

Juntos, eles têm a receber US\$ 12 bilhões na região. Com esse fundo, por exemplo, seria possível ajudar o Equador a exportar mais para o Brasil e reduzir sua dívida, comenta Iglesias.